

Por 55 votos favoráveis e seis votos contrários, o Plenário aprovou nesta terça-feira à tarde (26) a indicação do economista Roberto Campos Neto para presidente do Banco Central.

Para diretores da instituição, foram aprovadas as indicações de Bruno Serra Fernandes — por 51 votos favoráveis e três votos contrários — e de João Manoel Pinho de Mello, que obteve 53 votos favoráveis, três votos contrários e uma abstenção na votação.

Os três indicados [já haviam sido aprovados em sabatina realizada na Comissão de Assuntos Econômicos \(CAE\)](#), na parte da manhã desta terça-feira (26). A aprovação das indicações será comunicada à Presidência da República.

Durante a discussão da matéria, o senador Otto Alencar (PSD-BA) defendeu a atuação de Roberto Campos Neto na redução dos juros. O senador Major Olímpio (PSL-SP), por sua vez, disse que as “malditas” taxas de juros inviabilizam a sobrevivência tanto do cidadão que está mais vulnerável como do grande empresário.

Líder do governo, o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) destacou o profissionalismo, experiência e preparo demonstrado na sabatina. O senador Weverton (PDT-MA) também saudou a aprovação dos indicados.

Currículos

Nascido em 1969, Roberto de Oliveira Campos Neto graduou-se como bacharel em economia em 1993, concluindo o mestrado em economia em 1995, ambos na Universidade da Califórnia, Los Angeles. Ele tem longa trajetória no sistema financeiro.

Bruno Serra Fernandes nasceu em 1978 e graduou-se em Economia no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), e concluiu o mestrado, também em Economia, na Universidade de São Paulo (USP). Também tem vasta experiência no mercado financeiro.

Já João Manoel Pinho de Mello, de 45 anos, possui graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), além de mestrado em Economia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e doutorado em Economia pela Stanford University, nos EUA, tendo concentrado suas pesquisas acadêmicas nas áreas de economia bancária, defesa da concorrência e economia do crime. Tem passagens por instituições financeiras e foi consultor e analista econômico em processos judiciais e arbitrais. No setor público, atuou nos últimos dois anos no Ministério da Fazenda como assessor especial para Reformas Microeconômicas, secretário de Produtividade e Advocacia da Concorrência e secretário de Política Econômica.

Fonte: Agência Senado, em 26.02.2019.